

ACM critica reforma da Previdência

Presidente do Senado condena aposentadoria de parlamentares e elogia o texto da Câmara

SÓCRATES ARANTES

Apesar do empenho Governo em aprovar o quanto antes a reforma da Previdência, sua tramitação no Congresso Nacional está cercada por sérios problemas. Ontem o próprio presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), fez duras críticas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que será votada amanhã no plenário. "Sou contra sistemas que privilegiam grupos, inclusive os parlamentares", disse ACM, referindo-se ao ressuscitamento da aposentadoria especial para senadores e deputados, através do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

"O IPC não cabe na Constituição. É um absurdo", atirou novamente o senador baiano. "Como a Câmara fez estava muito bom", acrescentou ACM referindo-se ao fato de os deputados terem derrubado a aposentadoria especial dos parlamentares. ACM é contrário também que se faça um projeto de lei complementar e disse que o tema pode ser objeto de uma lei ordinária, através de projetos em tramitação no Senado. "Basta apenas que as comissões façam pareceres em conjunto e no máximo daqui a 15 dias o plenário po-

derá estar votando este assunto", afirmou.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ao encerrar as votações das emendas ao texto da Reforma da Previdência, decidiu manter o IPC, tal como existe hoje, remetendo as regras definitivas ou possíveis alterações para uma lei complementar. O IPC, hoje, permite aos parlamentares que se aposentem em oito anos de mandato e com 50 anos de idade.

Amanhã, os senadores vão apreciar, além do substitutivo do relator Beni Veras (PSDB-CE), outras 50 emendas apresentadas ao projeto e um número ainda incalculável de destaques. "Os destaques podem ser apresentados até a hora do anúncio da votação e geralmente os senadores deixam para apresentá-los nos últimos minutos. E como se refere a expressões do texto ou das emendas, não dá para prever quantos serão apresentados", informou um assessor jurídico da Secretaria Geral da Mesa do Senado. "É um tema polêmico e certamente não será fácil cumprir as várias etapas da tramitação da reforma da Previdência", disse o assessor.

Alan Marques



Antônio Carlos: "Sou contra sistemas que privilegiam grupos, inclusive os parlamentares"